



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682617 - SP (2021/0234013-7)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAFAEL RODRIGUES VELOSO - MG143786  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GISELE CRISTINA DE OLIVEIRA CAMPOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GISELE CRISTINA DE OLIVEIRA CAMPOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0003167-79.2021.8.26.0037).

A paciente cumpre pena em regime semiaberto.

O impetrante sustenta que o termo inicial para progressão ao regime aberto é a data em que a apenada preencheu o requisito objetivo para o regime anterior (semiaberto), não podendo, portanto, ser considerada para fins de promoção de regime a data da decisão que concedeu o último benefício.

Requer, liminarmente, a reforma do acórdão impugnado, determinando-se que o marco inicial para o regime aberto seja a data em que houve o preenchimento somente do lapso temporal para a progressão ao semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se dos fundamentos do voto da relatora (e-STJ fls. 90/94):

*Consoante entendimento jurisprudencial do C. Supremo Tribunal Federal e das duas turmas da Terceira Seção do C. Superior Tribunal de Justiça, o marco inicial para a progressão de regime é o dia em que o apenado preencheu os requisitos do artigo 112 da lei nº 7.210/84.*

[...]

*Dessa forma, assiste razão ao Ministério Público ao pleitear a retificação do cálculo de penas para que conste como termo inicial a data do exame criminológico, correspondente ao cumprimento do requisito subjetivo, satisfeito em data posterior àquela relativa ao requisito objetivo. Pretensão que se encontra em perfeita adequação com a jurisprudência recente da Terceira Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça:*

[...]

*Ante o exposto, DÁ-SE PROVIMENTO ao agravo em execução para alterar a decisão de fls. 64/67, para que conste como marco inicial para a progressão de regime a data da satisfação de ambos os requisitos para obtenção do benefício, ou seja, a data da realização do exame criminológico, que coincide com a data da elaboração do relatório psicológico de fls. 32/34, em 15 de abril de 2021.*

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência